

O LUGAR DAS CRÔNICAS DE ZURARA NOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES NO SÉCULO XV

Autor: Clinio de Oliveira Amaral mestrando Universidade Federal Fluminense Uff.

Nesta comunicação, propomos uma discussão sobre a existência de uma relação entre a sacralização da monarquia e a criação de laços identitáriosⁱ, ou seja, a sacralização de personagens ligados à Casa de Avis contribui de forma determinante na formulação da identidade portuguesa. Dentro desta perspectiva, acreditamos que um dos principais vetores desta identidade portuguesa à época, e até mesmo no Portugal Modernoⁱⁱ, processou-se por via da esfera do sagrado cristão e, mais ainda, a inclusão dos “outros”, provenientes dos descobrimentos, foi formulada com base num discurso altamente ligado à esfera religiosaⁱⁱⁱ. Formulou-se um discurso maniqueísta com duas possibilidades. A primeira vinculou-se à idéia de Cruzada^{iv} contra o infiel mouro, cuja pregação passou pela sua eliminação, quanto a segunda, diz respeito aos povos genericamente identificados como provenientes da Guiné^v, a qual apregoou à escravidão^{vi}.

Assim, a realeza portuguesa vinculou sua imagem a uma espécie de missão divina em levar o cristianismo ao mundo. No entanto, esta produção de imagem ocorreu através das categorias do sagrado cristão, tal como pudemos observar em São Luís, estudado por Le Goff. Percebemos em nossas fontes a existência de um discurso o qual, ao fim e ao cabo, imputou características de santidade aos principais personagens da Casa de Avis e tendo como ápice deste processo à criação efetiva de um santo, o mártir dos descobrimentos portugueses aquele cujas ações nos lembra as de Cristo, o Infante D. Fernando.

Constatamos a existência de um modelo muito próximo da hagiografia nas crônicas de Zurara, para descrever os principais personagens da Casa de Avis. Não estamos, de modo algum, afirmando que as crônicas de Zurara são hagiografias, contudo afirmamos ter encontrado, por via de análise sistemática das fontes, as formas de adjetivação presentes nas hagiografias. Isto significa ter ocorrido uma preocupação do cronista em colocar os principais personagens das crônicas em consonância com os modelos de vida exemplar dos santos. Isto teria sido, em nosso entendimento, uma forma de tentar dar legitimação ao reinado de D. Afonso V.

Segundo Vauchez^{vii} após a reforma gregoriana no século XII abre-se a possibilidade de uma espiritualidade leiga, a qual tem como núcleo duro às ações em vida. Deste modo, como o principal critério para uma santificação é o exame da vida e dos atos, a partir de então o milagre deixa de ser o centro, na realidade, começa-se a se considerar somente os milagres realizados pelo “candidato” a santo depois de sua morte. Torna-se comum à difusão de hagiografias cujas mensagens tinham um padrão, o qual delimitava certas atitudes tomadas durante a vida como santificadoras.

Sendo assim, ao encontramos as atribuições comuns aos santos presentes no discurso produzido pelo cronista mor de D. Afonso V, inferimos ter havido uma tentativa de sacralização da monarquia portuguesa, evidentemente não à moda de França, mas em consonância com um sistema articulado de representações de santidade, trabalhado por Le Goff. Em nosso entendimento, D. Afonso V, sabendo da necessidade de legitimar-se, procurou, através de seu cronista mor, difundir pela “história dos descobrimentos” uma relação entre o reino e Deus, segundo a qual as ações dos descobridores reproduziam à vontade da Providência. Constatamos ter existido na pena deste cronista, uma intenção em transformar os descobrimentos em ações de homens cujas vidas são exemplares dentro dos modelos dos santos, especialmente com relação D. Henrique.

Nas crônicas de Zurara, não encontramos o indivíduo D. Henrique e sim a seguinte metáfora: “*pera prouar minha emtemçom, ponho amte meus olhos o proçesso da sua uida. no quall acho taaes e tam maravilhosas uirtudes, que consijramdo em ellas, nom me pareçem ssenom dalgu~u **homem trazido a este mundo pera espelho de todollos uiuos...***”^{viii}. Este espelho ao qual Zurara faz menção, acreditamos ser representações de santidades cujo reflexo nada mais é do que um modelo pré-estabelecido com grande eficácia simbólica, capaz de apaziguar, ou pelo menos tentar, as disputas inerentes ao Paço de Avis à época, atribuindo a paternidade de todo este processo a um único homem iluminado por Deus.

Se quisermos encontrar o “verdadeiro” D. Henrique, temos que seguir os passos de Jacques Le Goff em São Luís, e não nos prendermos às adjetivações tão estereotipadas das crônicas. É fundamental que coloquemos as crônicas junto ao lugar de sua produção e dos interesses pelos quais foram fabricadas. Nosso objetivo, nesta dissertação, não é o de encontrar algum traço de individualidade ou qualquer tipo de análise subjetivista deste príncipe ou de qualquer personagem dos descobrimentos. Objetivamos chamar a atenção para o quão complexo são os mecanismos da memória^{ix} e da produção de identidade, bem com as disputas do poder para fabricar a memória. Portanto, fizemos estas alusões com relação à figura deste príncipe devido ao fato de que boa parte da historiografia, muitas vezes, cai no equívoco de tentar procurar nas crônicas deste cronista o papel do Infante D. Henrique nos descobrimentos portugueses, desvinculando-o de sua atuação política dentro do Paço de Avis desde seus 16 anos de idade.

Citaremos, à guisa de exemplo, dois trabalhos da historiografia tradicional portuguesa sobre esta busca de traços da personalidade do Infante D. Henrique, os quais desconsideram totalmente esta dimensão estereotipada destas crônicas.

Jaime Cortesão remonta uma análise sobre a vida e a obra do Infante Navegador, chamando a atenção para uma característica, no mínimo discutível que atribui ao Infante, a “*evidência na personalidade do Infante é o homo ecomomicus, que pretende dominar a natureza e as técnicas para produzir e adquirir riqueza, quer para si, quer para a grei a que pertence.*”^x

Tudo bem pesado, o Infante oscilou, na complexidade do seu caráter, cultura e acção, entre duas épocas – a Idade Média e o Renascimento – consideradas nas suas directivas essências. Colocado entre as duas, como um fiel de balança, pendeu pouco a pouco e cada vez mais para a última, que melhor se casava com a sua estrutura íntima.^{xi}

Mencionando a historiografia sobre o Navegador a qual, na maioria das vezes, tentou analisá-lo ou ressaltando sua genialidade ou atribuindo-lhe uma ignorância tremenda, este autor propõe, com relação a estas argumentações, o resgate da importância do Infante no processo de descobrimentos sem, entretanto, tratá-lo como uma entidade responsável por todo um processo, mas sim como um homem importante dentro de um grupo de colaboradores ilustres dentro de uma conjuntura dada. Porém, ele em momento algum faz menções às fontes concernentes ao Infante de modo efetivamente crítico levando em conta seu lugar de produção e os interesses sociais ali presentes.

Outro autor cuja análise, às vezes, se sobrepôs às fontes de uma maneira mais problemática do ponto de vista da crítica histórica, foi Oliveira Martins como observamos a seguir: “*D. Henrique, porém, não tinha família: vivia a vida casta de um monge, e o ascetismo acendia-lhe a imaginação...*”^{xii} “*...mas D. Fernando seguiu o exemplo do irmão Henrique, e também virgem, excitado pelo ascetismo militante, devorava impaciente os ímpetos dos seus trinta e três anos.*”^{xiii}

É interessante ressaltar que estes fragmentos na realidade são quase uma reprodução das fontes quatrocentistas a respeito de D. Henrique e de D. Fernando. Este historiador, provavelmente influenciado pelo positivismo, reproduz em seu texto às fontes, sem, no entanto, aplicar mecanismos críticos à realidade de produção. Martins refere-se a estes personagens como sendo heróis da nação portuguesa cujas vidas foram dedicadas à expansão marítima portuguesa de maneira altruísta. Não levou em consideração as motivações para tal empresa e muito menos, suas contradições internas e seus mecanismos de legitimação. Para nós este autor acabou por reproduzir esta legitimação à medida que reproduziu as fontes, por exemplo: quanto ao ascetismo destes príncipes.

Os primórdios dos descobrimentos foram um esforço em conjunto de um nascente Estado, deste modo de um grupo social tentando se afirmar, e não de um herói com características sagradas, tal como as fontes muitas vezes narram.

Doravante citaremos alguns exemplos das crônicas de Zurara de acordo com as categorizações do sagrado cristão referenciadas por Le Goff. Para tanto, é importante esclarecer como coletamos as informações das fontes e forma pela qual iremos expor. Em nossa pesquisa, estamos coletando os dados e os dividindo em dois grupos, no primeiro retiramos seqüências narrativas, as quais há representações “lugares comuns” tal como piedade, humildade, virtudes cristãs, devoção, ascetismo, etc. São os adjetivos comuns nas narrativas de vida de santos, cujo

propósito é enquadrar seres humanos em modelos de devoção cristã. Nesta comunicação apenas referenciaremos alguns exemplos deste procedimento.

Estas representações correspondem aos adjetivos freqüentemente atribuídos ao clã avisino, embora haja exceções, manifestamente, D. Pedro por causa da conjuntura de sua regência. É importante ressaltar que Zurara escreve sob encomenda do rei D. Afonso V, principal adversário de D. Pedro e, mais ainda, ele assume o lugar de Fernão Lopes em 1448, devido sua posição contrária ao rei em Alfarrobeira.

Portanto, a produção cronística de Zurara deve ser entendida à luz destes acontecimentos. Sua função é de produzir a história dos descobrimentos enaltecendo aqueles que estavam no poder ao lado de D. Afonso V, justificando suas ações. Na realidade, Zurara investe de um determinado sentido a história do reino criando uma linearidade desde D. João I até D. Afonso V, como se neste período as estruturas de poder do Paço não tivessem sido abaladas várias vezes por divergências, como demonstra Humberto Baquero^{xiv}.

Há um cuidado muito grande em marcar as ações concernentes ao continente africano como sendo solicitadas pela Providência e executadas pela realeza portuguesa como um destino histórico desde o início do século XV, referindo-se como uma missão de Portugal. É o Paço de Afonso V que dá forma a uma massa de informações difusas e desconexas aventuras e desventuras, de acertos e erros, aviltantes na maioria das vezes, em uma gloriosa obra executada pela vontade Deus.

A história dos descobrimentos está nas contradições presentes no discurso das crônicas. Repetimos, não encontramos a “verdadeira” história dos descobrimentos nestas crônicas, encontramos uma projeção de um discurso cujo objetivo era, sem dúvida, de passar para a posteridade como sendo os responsáveis por uma das mais interessantes experiências da humanidade à época, descobrir novos mundos. Os principais personagens das crônicas não possuem características humanas, são sacralizados, são invencíveis, são capazes de vencer adversários muito mais fortes com pouco esforço, agem sempre procurando agradar a Deus; mesmo quanto isto implicava em se beneficiar das mercadorias trazidas do continente ou das ilhas atlânticas.

Por outro lado, achamos importante ressaltar que não estamos nos colocando numa postura, segundo a qual é impossível narrar a história dos descobrimentos, mas apenas alertamos para suas nuances, sutis muitas vezes. Estas sutilezas levaram alguns historiadores a não considerar, por exemplo: a ativa participação de D. Pedro nos descobrimentos. Afinal foi a sua regência responsável, com todos os problemas enfrentados, por uma parcela importante das descobertas na década de 1440, período no qual mais se avançou para a região sul da África. São inúmeras as omissões que detectamos nestas crônicas, principalmente na crônica da Guiné. Percebemos, nitidamente, nos últimos capítulos desta crônica, sobretudo os capítulos que narram os anos

posteriores a 1445^{xv}, uma clara tentativa de se estabelecer relações de comércio com os novos povos descobertos. Todavia, a crônica termina sem menções aos acontecimentos de 1448/49, nos quais a situação política no reino era muito desfavorável a D. Pedro. Zurara termina, esta crônica, sem fazer qualquer menção aos acontecimentos políticos e sociais dentro reino, cujo resultado foi a morte do ex-regente.

Após esta longa digressão pelas circunstâncias de produção da obra deste cronista, voltemos ao segundo tipo de representação através do qual fizemos nossa coleta. Esta constitui, na verdade, as quatro categorias do sagrado cristão apontadas por Le Goff. Assim, apontaremos primeiramente o “lugar comum” da santidade, e em seguida as quatro categorias: sagrado, religioso, sacerdotal e taumaturgica. Nesta comunicação exporemos apenas alguns exemplos da nossa análise sobre o rei D. João I.

Na crônica de Ceuta, D. João I aparece como um dos principais personagens. É caracterizado por ser representado com todo tipo de adjetivo lugar comum, ligado aos modelos de santidade, sendo qualificado por: virtuoso, puro, devoto, prudente, penitente, é associado à figura de Cristo, há visões sobre seu destino glorioso e honrado. São estes os adjetivos os quais, nos referimos, no início deste capítulo como presentes nas hagiografias cujo objetivo era de servir como exemplo.

Dentre as categorias acima a mais freqüente com relação a este rei é a devoção. No prólogo desta obra, Zurara faz uma série de alusões bíblicas nas quais demonstra uma definição de santidade a qual estava totalmente de acordo com seu tempo. Ou seja, são as ações as principais responsáveis pela santidade e, mais ainda, para obter ajuda das forças sobrenaturais sagradas era mister uma dedicação às devoções.

Senhor apresentar nossa enformaçam. nem duuidaremos se algu~us santos esto podem fazer que no sexto capitullo do apocalipse he escripto que a deuaçam das nossas orações sobre per mão do anjo aa presença de Deos. e no xij capitullo de Tobias se lee que lhe disse o anjo em como presentara suas orações quando jej~uaua e fazia esmollas e soterraua os mortos. em que parece que os anjos e os santos nossos ajudadores quando deuotamente os rrequeremos.^{xvi}

Estabeleceu-se nesta seqüência uma relação entre devoção e atuação das forças divinas, por via do intermédio dos santos. Portanto, para que Deus atenda alguma solicitação é necessário que o reclamante seja devoto. Ora, D. João I é representado como um exemplo de devoção assim, o cronista logo no primeiro capítulo demonstra as razões de todos os sucessos deste rei, pois: *“singular deuaçam que este glorioso prinçipe na sua santissima pureza sempre ouue. jmpetrara per mim tal graça que eu possa escreuer sua estoria segundo seus grandes mereçimentos rrequerem.”*^{xvii}

Há uma relação entre merecimento e ação, ou seja, para que as forças divinas atuem é fundamental que, quem estiver pleiteando seja merecedor. Os que merecem são aqueles exemplos bíblicos citados anteriormente pelo cronista. Deste modo, insere-se D. João I dentre os merecedores da mesma maneira que os personagens bíblicos.

É imputada a este rei uma grande preocupação em seguir corretamente os preceitos dos “*escritos na primeria tauo pollo dedo de Deos dados a Mouses no monte Oreb. nos quaaes se ençarraram todollos outros segumdo o diz a santa escpitura .ss. que amaua Deos sobre todallas cousas e o seu proximo com a sij mesmo.*”^{xviii} Por tal razão, Zurara narra o receio que havia nele sobre o fato de ter tido necessidade de mover guerra contra Castela, afinal eram cristãos e isto feria os mandamentos.

E amaua a o proximo em quanto se doya de qualquer danno que lhe viesse. ca posto que aquellas vitorias ouuesse contra elles sempre os rrequeria e amoestaua que toda via ouuessem paaz. E esto era forte cousa. que elle que auia de seer rrequerido por ella vitoria que vitoria que auia. elle a mandaua rrequere. mas esto fazia elle a dos fins. o primeiro por que lhe pesaua de seu danno em quanto eram christãos. e o segundo por que guerreando com elles nam podia auer lugar pera seruir a Deos como deseiaua.^{xix}

O dano referido acima é sobre as vitórias obtidas ao longo da guerra, quase contínua, com Castela. É interessante ressaltar que até as motivações sobre as pazes, celebradas em 1411, são de ordem religiosa, na pena de Zurara. Em momento algum é colocada, por este cronista, a situação de instabilidade na qual Portugal encontrava-se mesmo vencendo as batalhas. Até a paz com Castela foi justificada com duas razões religiosas, a primeira relacionada ao fato de serem cristãos, a segunda pela necessidade de melhor servir a Deus.

Na exposição sobre o período de guerra contra Castela, destacam-se os argumentos sobre as questões religiosos, pois D. João I preocupa-se em manter-se dentro dos preceitos cristãos da guerra. Há uma seqüência narrativa a qual relata a recusa de D. João I em aceitar ajuda do rei de Granada pelo simples fatos de não serem cristãos. E melhor perder a guerra do que aceitar ajuda do infiel, mesmo obtendo como resultado a entrega de Portugal a vassalagem de Castela. Afinal, esta era uma das principais discussões concernentes à guerra. Como um devoto cristão poderia aceitar apoio dos infiéis? Estas narrativas sobre a devoção de D. João I preparam o discurso legitimador da guerra contra os mouros em África, o qual visa, sobretudo a questão religiosa como um argumento indiscutível para a luta.

Outra categoria a qual podemos destacar como importante dentro da estrutura narrativa deste cronista é a penitência. É representada como uma necessidade por D. João I, devido ao fato: “*que posto que elle ouuesse guerra muy justa com seus jmigos a qual era por defensam de sua terra. na qual suas armas muitas vezes foram tintas de sangue. que elle nom entendia dello fazer compirda pendaça senom lauando suas mãos no sangue dos jnfiees.*”^{xx}

O cronista coloca D. João I dentro da estrutura narrativa com relação à penitência como se esta fosse uma das justificativas para ir tomar a cidade de Ceuta. Vemos este personagem com o mais perfeito religioso no que diz respeito às suas ações. Na crônica todas às vezes nas quais há referências a este rei, são permeadas por questões da esfera do sagrado cristão.

Após apresentarmos as categorizações “lugar comum” sobre a figura de D. João I, vamos expor a forma pela qual aparece sua imagem ligada a “*diversos conceitos: o sagrado, o religioso, o sacerdotal, o taumatúrgico. Todos juntos, esses diversos aspectos formam um sistema articulado que caracteriza o poder real e suas representações na França medieval*”^{xxi}.

Evidentemente estamos nos referindo a conceituação, supracitada, levando em consideração as especificidades de Portugal. Se em França e Inglaterra a unção^{xxii} desempenhou uma função determinante na questão da sacralidade da monarquia, em Portugal a noção de serviço de Deus teve um papel análogo. Esta expressão está presente de forma marcante nas duas crônicas mais importantes de Zurara, a crônica da Tomada de Ceuta e a conquista da Guiné. Ela é o que estruturou as narrativas, ou seja, é a justificativa a respeito da invasão de Ceuta e também da expansão africana, quando a segunda.

Em suma, as ações narradas, na crônica de Ceuta, pautam-se exclusivamente na idéia de ser ou não serviço de Deus. Todos os discursos desta narrativa estruturam-se a partir desta noção, não há uma decisão importante narrada sem que haja a devida explicação, por parte do cronista, de como os personagens procuraram saber se era ou não serviço de Deus. A preocupação em atender a vontade da Providência é o grande artífice dos atos de governo dentro destas crônicas.

ⁱ POUTIGNAT, Philippe & STREIFE-FERNART, Jocelyce. *Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. Trabalhamos com a noção de Barth segundo a qual a formulação identitária passa por mecanismos de imposição, ou seja, a identidade é construída, forjada, relacional, ou seja, dá-se dentro de uma relação de alteridade.

ⁱⁱ Encontramos alguns trabalhos concernentes à Modernidade os quais corroboram com o nosso a respeito de alguns vetores da identidade portuguesa, notadamente o cristianismo e a questão da sacralidade régia, deste modo isto nos dá subsídios para afirmarmos a eficácia simbólica do discurso produzido pelo Paço de D. Afonso V, uma vez que encontramos, na longa duração, alguns dos elementos por nós trabalhados. Sobre o período Moderno problematizando a questão da sacralidade Cf: HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1998 e BEUSCU, Ana Isabel. *Memória e poder. Ensaio de história cultural. (séculos XV – XVIII)*. Lisboa: Cosmos, 2000. A respeito dos elementos constitutivos da nacionalidade portuguesa numa perspectiva mais abrangente Cf: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada. *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1991.

ⁱⁱⁱ Trabalhamos com a proposição de LE GOFF, Jacques. *Aspects Religieux et Sacrés de la Monarchie française du X au XIII siècle*. Paris: École des Hautes études en Sciences Sociales, 1989; segundo a qual a esfera do religioso traduz-se pela noção de Braço de Secular da Igreja.

^{iv} Não trabalhamos com tal noção, no entanto, percebemos por parte do Paço uma intenção em qualificar as incursões em África como tal. Pois concordamos com Le Goff em sua afirmação sobre a existência de uma mística de Cruzada circunscrita aos séculos XI, XII, XIII.

^v Sobre as designações de “negros da guiné”, “terra da guiné” devemos levar em consideração o seguinte: “antes de mais nada prevenir o leitor contra a possível identificação do topónimo Guiné dos documentos quatrocentistas com a designação actual. Logo de começo, na pena de Azurara, a Guiné, mais tarde chamada a Guiné de Cabo Verde, é limitada por definição à porção da costa ocidental africana ao sul do Senegal, e, em geral, em vida do Infante inclui sob o mesmo topónimo as terras anteriormente visitadas ao sul do Cabo Bojador. A parte mais rica, nova e notória tomou o lugar do todo, como tantas vezes acontece.” CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses V. II*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1960, p. 362.

^{vi} Cf: SAUNDERS, A C de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Temas Portugueses, 1982. Neste livro há uma análise sobre os primeiros impactos da chegada dos negros da região da África negra em Portugal neste período, usando, sobretudo as informações retiradas da Crônica de Guiné, mais especificamente as informações dos capítulos: XXIV, XXV e XVI.

^{vii} VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

^{viii} ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D, João I*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1915, Introdução e notas por Francisco Maria Esteves Pereira. Cap. LXXX, p. 219. Embora haja trabalhos sobre as imagens do Infante D. Henrique e suas relações com a propaganda régia como no trabalho de: QUEIRÓS, S. Galvão. “*Pera Espelho de Todollos Uiuos*” *A Imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada Ceuta*. Niterói: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense UFF, 1997. Não encontramos nenhum trabalho na mesma linha de pesquisa que o nosso, a respeito da questão da sacralidade tal como delimitamos.

^{ix} Sobre os problemas da produção da memória e suas imbricações com a produção do conhecimento histórico Cf: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 4º ed. 1996.

^x CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses V. II*. op. cit. p. 457.

^{xi} Idem, p. 457.

^{xii} MARTINS, Oliveira. *Os filhos de D. João I*. Lisboa: 6º ed. Parceria A M. Pereira Livraria Editora, 1936. p. 211

^{xiii} Idem, p. 211.

^{xiv} MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques, 1973.

^{xv} Observamos ainda ser este ano o primeiro relativamente mais tranqüilo dentro de sua regência, assim, considerar, mesmo por conjectura, evidentemente, ser uma tentativa de comerciar uma meta perseguida por D. Pedro, mas que até então não pudera colocá-la em prática.

^{xvi} ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D, João I*. op. cit. Cap. I, p. 5

^{xvii} Idem, Cap. I, p. 8.

^{xviii} Ibidem, Cap. IV, p. 15.

^{xix} Ibidem, Cap. IV, p. 16

^{xx} Ibidem, Cap. II, pp. 8/9

^{xxi} LE GOFF, Jacques. *São Luís Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999 p. 733 Como já colocamos, não estamos trazendo a realidade francesa de São Luís para Portugal de D. Afonso V, no entanto, estamos tentando fazer um esforço aproximativo à medida que encontramos, com algumas variações, estes conceitos em Portugal.

^{xxii} Sobre a unção Cf: BLOCH, Marc. *Os reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. E sobre uma discussão das solicitações feitas pela dinastia de Avis a respeito da unção em Portugal Cf: VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.